



3341

Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça

---

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NAS APELAÇÕES CÍVEIS Nº 280746-9

EMBARGANTE: CAIXA SEGURADORA S.A E OUTROS.

EMBARGADO: OS MESMOS

RELATOR: Des. José Fernandes de Lemos

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. CONTRADIÇÃO. PRETENSÃO DE REFORMA.

1. A análise do prequestionamento é de competência, neste Tribunal, da Vice-Presidência, e, ainda dos Tribunais Superiores, ao ensejo do juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.

2. A decisão que fixa indenização securitária pode determinar a adjudicação do bem sinistrado ao segurador, ainda que somente alegada a matéria em grau de recurso, se essa providência é uma decorrência lógica da decisão, adequando-a ao princípio ético-jurídico da vedação ao enriquecimento sem causa.

3. A fundamentação que aponta a necessidade de transferência de bem sinistrado ao responsável pelo pagamento da indenização é contraditória com o dispositivo que determina a adjudicação a terceiro estranho ao processo.

4. Não prosperam os embargos de declaração que, embora sob alegação de omissão, obscuridade ou contradição, guardam nítida pretensão de reforma do julgado.

ACÓRDÃO

---

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em ACOLHER PARCIALMENTE os Embargos de Declaração opostos pelos segurados/autores e, quanto aos Embargos de Declaração opostos pela seguradora/ré, também por unanimidade de votos, em NÃO CONHECER do



3342

Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça

---

pedido de prequestionamento e REJEITAR o recurso, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife,

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS  
Relator



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NAS APELAÇÕES CÍVEIS Nº 280746-9

EMBARGANTE: CAIXA SEGURADORA S.A E OUTROS.

EMBARGADO: OS MESMOS

RELATOR: Des. José Fernandes de Lemos

QUINTA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O Desembargador José Fernandes de Lemos (Relator): Trata-se de embargos de declaração opostos por JOSÉ LAURINDO DE ARAÚJO JÚNIOR E OUTROS e por CAIXA SEGURADORA S.A. contra acórdão que deu parcial provimento a Apelações interpostas pelos ora embargantes, que figuraram, respectivamente, como autores e ré em ação de cobrança de indenização decorrente de seguro habitacional.

Nos seus Embargos de Declaração, os segurados/autores alegam que haveria contradição e obscuridade quanto ao capítulo do acórdão que determinou a adjudicação dos imóveis sinistrados ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS. Pedem que seja excluída do acórdão a referida disposição, ou que seja declarada a adjudicação em favor da seguradora/ré.

A seguradora/ré alega que o acórdão seria omissivo e contraditório quanto aos seguintes pontos: fundamentos que atrairiam a competência da Justiça Federal para processar e julgar a demanda; ilegitimidade ativa e passiva das partes; e aplicabilidade da multa decendial nos contratos dos segurados/autores. Requer o acolhimento dos embargos com efeitos modificativos e para efeitos de prequestionamento.

Em face do pedido de atribuição de efeito suspensivo, as partes foram intimadas para apresentar respostas aos recursos.

É o relatório.

Recife,

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS  
Relator



3344

Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça

---

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NAS APELAÇÕES CÍVEIS Nº 280746-9

EMBARGANTE: CAIXA SEGURADORA S.A E OUTROS.

EMBARGADO: OS MESMOS

RELATOR: Des. José Fernandes de Lemos

QUINTA CÂMARA CÍVEL

VOTO

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELOS SEGURADOS/AUTORES

O Desembargador José Fernandes de Lemos (Relator): Para enfrentar a matéria argüida nos Embargos opostos pelo segurados/autores, faz-se conveniente transcrever o trecho do acórdão pertinente à adjudicação dos imóveis sinistrados ao FCVS:

A seguradora/ré alega que, com o pagamento da indenização fixada na sentença, os imóveis sinistrados deveriam ser adjudicados ao FCVS.

Assiste razão ao apelo, neste particular.

É que, por efeito da sentença ora impugnada, cada segurado/autor terá direito a receber quantia equivalente ao valor de mercado de seu imóvel, sendo certo que essa indenização pressupõe a perda total dos imóveis.

Ora, se a indenização reconstituirá integralmente, em pecúnia, o patrimônio dos segurados/autores, a manutenção dos imóveis em sua propriedade implicaria negável enriquecimento sem causa.

Por tal razão, deve ser reformada, nesta parte, a sentença recorrida, para que fique determinada a adjudicação dos imóveis ao FCVS, conforme pedido da seguradora/ré.

A contradição e a obscuridade alegadas pelos segurados/autores seriam duas.

Primeiro, afirma-se que o acórdão não poderia sequer analisar a matéria, que teria sido alegada pela seguradora/ré somente na apelação. Ademais, sustenta-se que a adjudicação em favor do FCVS implicaria admitir o interesse jurídico deste fundo federal para intervir no processo, contrariando os fundamentos do voto que rejeitara a preliminar de incompetência da Justiça Estadual.

Quanto ao primeiro ponto, não assiste razão aos segurados/autores.

3345



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça

Embora a matéria tenha sido alegada somente na fase recursal - e não na contestação - tal circunstância não constitui óbice intransponível ao conhecimento da questão levantada.

É que a determinação referente à adjudicação dos imóveis ao pagador da indenização é uma decorrência lógica da decisão, que, fixando o *quantum* indenizatório em montante equivalente ao valor integral do imóvel perdido, não poderia deixar de determinar a transferência do bem ao segurador, sob pena implicar o enriquecimento sem causa dos segurados.

Com efeito, se o recebimento da indenização repara de forma integral o dano sofrido pelo lesado, a permanência do bem na sua propriedade implicaria inequívoco acréscimo de riqueza, representada pelo valor desse bem.

Dessa forma, a providência apresenta-se como verdadeira condição de sentido jurídico do julgamento, pois, ausente a adjudicação determinada, a decisão se transformaria, ela mesma, na causa eficiente de uma ilicitude, consistente no locupletamento dos segurados/autores, em violação ao princípio ético-jurídico da vedação ao enriquecimento sem causa.

Nessas circunstâncias, a falta de alegação oportuna da seguradora/ré, contrariando o princípio da eventualidade (art. 300 do CPC), não impedia a determinação referente à adjudicação, seja por decorrer logicamente da decisão, seja pela ponderação de outros princípios jurídicos igualmente aplicáveis ao caso concreto.

No que diz respeito à segunda contradição, assiste razão aos segurados/autores, devendo ser acolhido os embargos, para o fim de declarar que a adjudicação será dada em favor da seguradora/ré, e não do FCVS.

Essa conclusão - sintetizada, aliás, na ementa do próprio julgado - decorre claramente da fundamentação articulada no acórdão, no sentido de que a adjudicação deve beneficiar o responsável pelo pagamento da indenização, que, no caso dos autos, não é o FCVS, ente estranho à lide, mas a seguradora, que figura no pólo passivo do processo.

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA SEGURADORA/RÉ



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça

Como relatado, a seguradora/ré alega omissão e contradição a respeito dos fundamentos que atrairiam a competência da Justiça Federal, já que o julgamento da ação poderia trazer repercussão ao FCVS, sendo devida a denunciação da lide à Caixa Econômica Federal - CEF.

Além disso, o acórdão também conteria aqueles vícios no que concerne à ilegitimidade passiva - já que a demanda deveria ter sido proposta contra a SULAMÉRICA S.A. -, e ativa - pois parte dos autores não teria comprovado a condição de segurado.

Por fim, haveria omissão quanto aos limites da multa decendial e sua aplicabilidade no caso dos autos.

Na decisão impugnada, as matérias apontadas foram enfrentadas: no voto preliminar de fls. 3183/3188, quanto à competência da Justiça Estadual; no voto preliminar de fls. 3189/3193, quanto à ilegitimidade passiva; no voto preliminar de fls. 3194/3197, quanto à ilegitimidade ativa; e nos itens 1.1 e 1.3 (fls. 3204/3210) do voto de mérito, quanto à aplicabilidade e limite da multa decendial.

As questões foram decididas de forma clara e completa, não sendo cabível aqui a transcrição dos trechos pertinentes, porquanto os Embargos da seguradora/ré se limitam a repetir ou reforçar a argumentação formulada no apelo. Como não foram especificadas as supostas contradições e omissões, rebatê-las equivaleria a promover novo julgamento da causa, reformulando ou reforçando os mesmos fundamentos já explanados na decisão recorrida, o que seria de todo incompatível com a finalidade dos Embargos Declaratórios.

Quanto ao pedido de prequestionamento, dele não conheço, tendo em vista que a competência para examiná-lo é, neste Tribunal, da Vice-Presidência, e, ainda, dos Tribunais Superiores, ao ensejo do juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.

#### CONCLUSÃO

Por todas as razões expostas, ACOLHO PARCIALMENTE os Embargos de Declaração opostos pelos segurados/autores, para declarar que a adjudicação determinada no acórdão dá-se em benefício da seguradora/ré.



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça

---

Quanto recurso manejado pela seguradora/ré, NÃO CONHEÇO do pedido de prequestionamento, e REJEITO os Embargos de Declaração.

É como voto.

3347